

Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?*

GERHARD SEIBERT¹

*Pesquisador do Instituto de
Investigação Científica Tropical
(IICT), Lisboa.*

INTRODUÇÃO

Situado no Golfo da Guiné, com 150.000 habitantes em 1.001 quilómetros quadrados, São Tomé e Príncipe é o segundo menor país da África. A população é constituída por três grupos, nomeadamente os crioulos nativos, conhecidos por forros, os tongas, descendentes de trabalhadores contratados, e os angolares. A maioria dos historiadores não duvida que a ilha São Tomé fosse desabitada quando os primeiros portugueses lá chegaram em 1470. Contudo, esta suposição tem sido questionada no contexto do debate sobre a origem dos angolares. Geralmente aceita-se que os angolares constituem em termos sócio-culturais e lingüísticos, um grupo distinto de cerca de 10.000 pessoas. Relativamente à sua origem, porém, existem pelo menos três hipóteses concorrentes.

* O texto é baseado na comunicação *Náufragos, autóctones ou cimarrones? O Debate Sobre a Origem dos angolares de São Tomé*, apresentada no Centro Cultural Português em São Tomé em 21 de Abril de 2005. A sua versão inglesa foi apresentada pelo autor na Charles Boxer Centenary Conference, *Creole Societies in the Portuguese and Dutch Colonial Empires*, King's College, University of London, 9 a 10 de Setembro de 2004.

A mais antiga diz que os angolares são descendentes dos sobreviventes de um navio de escravos vindo de Angola, naufragado na costa sudeste da ilha em meados do século XVI. Esta história foi publicada pela primeira vez por um autor português nos meados do século XIX e desde então tem sido repetida por inúmeros autores. Provavelmente continua ser a tese mais divulgada e aceite.

A segunda hipótese afirma que os angolares são os habitantes autóctones de São Tomé que já estavam presentes na ilha quando os portugueses chegaram. Não admira que nos anos 1970 nacionalistas são-tomenses rápido abraçaram esta explicação.

A terceira e mais recente hipótese defende que os antepassados dos angolares eram *cimarrones*, escravos fugidos dos séculos XVI e XVII. É notável que em São Tomé e Príncipe as primeiras duas hipóteses sempre fossem muito populares, enquanto a terceira explicação foi largamente ignorada e rejeitada dentro do país. Este artigo esboça a história da emergência das três hipóteses, analisa os respectivos argumentos, pretendendo colocá-los num contexto histórico e político mais amplo.

OS ANGOLARES

Segundo a maioria dos autores, os angolares teriam saído do interior de São Tomé pela primeira vez em 1574, trinta anos após o alegado naufrágio, quando começaram assaltar as plantações e a própria cidade. Os moradores da colônia responderam com uma guerra de mato² contra os assaltantes. Muitos autores atribuem aos ataques e saques dos angolares um factor importante do colapso da indústria de açúcar em São Tomé no século XVII. A última guerra entre moradores e angolares ocorreu em 1693, quando foram vencidos pelo capitão de mato Mateus Pires, e aceitaram um acordo de trégua com os colonos, que sempre cumpriram. Depois da sua derrota ficaram nos seus terrenos, onde alegadamente “nenhum estranho se aventurava a entrar, sob pena de não sair com vida”.³

O seu isolamento era possível graças à inacessibilidade do terreno e ao declínio económico e demográfico da ilha durante os séculos XVII a XVIII.⁴ Os angolares viveram uma certa autonomia sob o comando do seu capitão, que desempenhou funções governativas e jurídicas, dispondo duma tropa

formada por tenentes e alferes.⁵ A partir de 1850 párocos foram enviados para a Freguesia de Santa Cruz dos angolares no sudeste de São Tomé, criada em 1848. Foi o primeiro passo da sua submissão à soberania do governo português. Em 1878 a sua aldeia Anguéné (Santa Cruz) foi ocupada por um destacamento de 27 militares portugueses a fim de subordiná-los à autoridade do governo colonial, que agiu no interesse dos colonos portugueses que pretendiam estabelecer plantações no inexplorado sul da ilha.

Em 1884, Francisco Stockler, um ilhéu de descendência brasileira, escreve sobre os angolares: “O Angolar... odeia, por mais que o procure dissimular, tudo quanto provenha das autoridades legitimamente constituídas, bem que as temam; dos brancos, em geral, a quem dão o nome, pouco simpático, de *flamengo*, por mais benefícios que d’estes recebam; e dos indígenas, aos quais, apesar de serem a sua cor, concedem o nome injurioso de Tamedê.”⁶ Porém, a apropriação do seu território pelos roceiros não provocou graves conflitos, pois ela não resultou em uma mudança radical da sua vida económica, principalmente dedicada à pesca.⁷ Os angolares trocaram o seu peixe nas roças por bananas, panos de algodão, machins e porcos novos. Além disso, dedicaram-se ao fabrico de sal marinho, fizeram tábuas cortadas com os seus machins que vendiam na cidade, junto com peixe, porcos, produtos alimentares, chapéus de folha de palmeira, cordas, gamelas de pau e outros utensílios confeccionados.

Como os forros, os angolares recusaram o trabalho em regime de contrato nas plantações dos colonos, mas aceitaram lá trabalhos à tarefa, como derrubar e cortar árvores, a capina e limpeza de palmeiras ou o transporte marítimo das roças para a cidade com as suas canoas cujas dimensões atingiram supostamente mais do que vinte metros de comprimento.⁸ Naquela altura não havia estradas no sul da ilha e as comunicações com o norte da ilha foram feitas pelo mar.

A ocupação trouxe estranhos ao seu território, enquanto os próprios angolares começaram entrar em contacto directo mais freqüente com os outros grupos sociais da sociedade insular.⁹ Enquanto antigamente os angolares tinham observado a endogamia, naquela altura as mulheres começaram a aceitar uniões com forros, mas rejeitaram o relacionamento com os contratados africanos nas roças. A maioria dos autores afirma que, ao contrário dos forros, que são polígamos, os angolares são predominantemente monogâmicos, com a excepção dos seus chefes.¹⁰ Em 1895, cerca de 2.000

angolares viviam na Freguesia de Santa Cruz dos angolares e espalhados na costa até Neves, no noroeste da ilha.

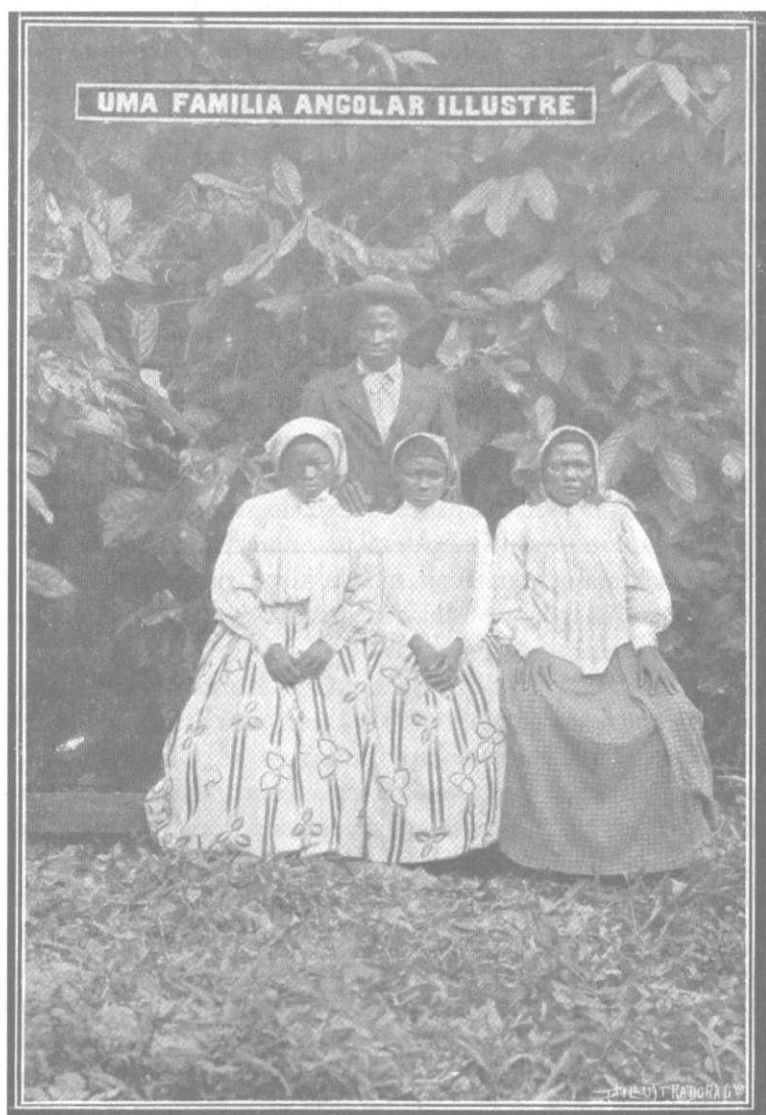


Imagem: 'Uma família Angolar Illustre'. Reprodução de um antigo postal do início do século XX.

O último capitão dos angolares, Simão Andreza, morreu no início do século XX sem deixar descendentes. Da ocupação do seu território resultou a parcial dissolução da organização social, uma maior dispersão da população pela ilha e um processo de aculturação aos padrões culturais dominante dos forros. Apesar da assimilação com os outros crioulos, os angolares conseguiram preservar a sua própria língua e outras particularidades, como as suas habitações sem estacas e as suas aldeias compactas, permanecendo um grupo distinto com a sua própria identidade sócio-cultural.¹¹

Actualmente são cerca de dez mil angolares, vivendo nas zonas do litoral sul desde a Ribeira Afonso até Porto Alegre no distrito de Caué e no litoral noroeste desde Neves até Bindá no distrito de Lembá. Além disso existem pequenos grupos perto da cidade de São Tomé em São João da Vargem, Pantufo e Praia Melão.¹² Todas as suas aldeias têm um chefe que se considera descendente dos fundadores da povoação.¹³

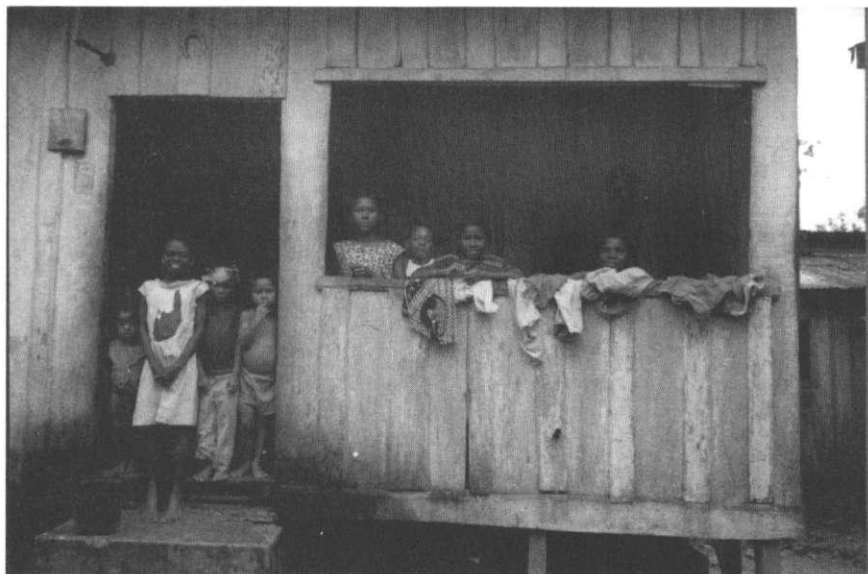


Imagem: A casa em São João dos Angolares. Fotografia de Gerhard Seibert, tirada no Distrito de Caué, ilha de São Tomé em 1989.

Os angolares sempre se dedicaram principalmente à pesca, em canoas escavadas em troncos de grandes árvores (*ocá*, *Ceiba pentandra*). As canoas são conduzidas por meio de remos e pequenas velas quadrangulares. Hoje, em geral, uma canoa não leva mais de três pessoas. Na época de abundância do peixe voador, desde os finais de maio até ao início de setembro, muitos pescadores migram temporariamente do sul para o litoral norte, construindo as suas povoações temporárias denominadas *chadas*, com palhotas simples e improvisadas.¹⁴ Cabe às mulheres a venda do peixe nos mercados. São também elas que praticam modestas culturas alimentares em pequenos cercados entre as suas casas.



Imagem: Pescador angolár. Reprodução de um postal ilustrado dos correiros de S. Tomé dos anos 1990.

OS NÁUFRAGOS

A fonte mais antiga sobre o naufrágio é de Pereira de Araújo e Azevedo, ouvidor-geral em São Tomé de 1712 a 1716, que relata nas suas *Memórias* que o interior da ilha estava “deserto de moradores, somente habitam alguns negros gentios que antigamente faziam muito dano às roças dando-lhes de noite assaltos, para roubarem e levarem mulheres, que é o mais de que necessitam, porém, hoje já não fazem mal algum...” acrescentando que “de que há tradição são estes procedidos de um navio que antigamente dera à costa naqueles praias.¹⁵ Por volta de 1734 escreveu o crioulo Padre Manuel Rosário Pinto (ca. 1666-1734), na sua crónica de São Tomé:

Dando a costa num navio de Angola, carregados de escravos em uma praia desta Ilha a Sudoeste, escapou maior parte dos escravos, e fizeram sua aldeia em Pico, e foram multiplicando de tal sorte, que sem receio com armas de frechas destruíram muitos engenhos, e no mesmo ano do falecimento do Bispo Dom Gaspar Cão (1574), vieram com resolução de tomar a cidade, tendo o capitão da ilha aviso, mandou soldados: estiveram com arcabuzes desbaratando-os os soldados e apelidando a vitória desanimaram os negros Angola de Pico, com alguma gente morta viraram-lhe as costas.¹⁶

Negros gentios no interior de São Tomé chamados ‘angolas’ ou ‘angolis’ são referidos em mais três documentos dos fins do século XVIII.¹⁷

Foi Cunha Matos (1776-1839), oficial militar em São Tomé de 1797 a 1814 e governador de 1816 a 1817, quem divulgou a primeira informação publicada sobre os angolares no seu livro *Corographia Histórica das Ilhas de S. Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, editado em 1842. Ele introduziu pela primeira vez a designação angolares e, aparentemente, baseado na crónica de Rosário Pinto, calculou a data do suposto naufrágio a entre 1540 e 1550. Sem citar a sua fonte escreve que:

Não se sabe com individuação em que ano deu à costa o navio que nos fez presente dos angolares: dádiva daquele tempo desagradecida, e agora muito estimada. É de presumir, que foi pelos annos de 1540 até 1550, visto que os filhos dos primeiros vindos acompanharam seus pais no ataque e roubo de muitos engenhos, no ano de 1574.¹⁸

No seu livro *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África* Cunha Mattos sugere que se trata de uma lenda: “Diz-se que então naufragara nas costas do sul da ilha um navio que vinha de Angola carregado de escravos: estes foram os ascendentes do povo a que hoje se dão nome de angolares.”¹⁹ Desde então, a maioria dos autores seguiu esta versão do naufrágio, sem que houvesse um documento, provando a sua ocorrência.

Em 1844 Lopes de Lima, baseado nas informações de Cunha Matos, imaginou o lugar exacto do acidente informando que “se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544”.²⁰ Nota-se que segundo Rosário Pinto, a tragédia ocorreu em uma praia a sudoeste. Em 1882 foi divulgada pela primeira vez o número dos sobreviventes do naufrágio. Naquele ano o governador do Banco Nacional Ultramarino em São Tomé, disse no seu relatório:

Entregues a si mesmos desde que, naufragando nos rochedos chamados das sete pedras, em um navio vindo de Angola em 1540, (os angolares) ganharam a costa e se refugiram nas mattas; selvagens então, como deviam ser, acabando de sair dos sertões africanos... O seu número, inferior a 200 por meados do século XVI, quando aqui chegaram, eleva-se hoje a cerca de 2.000²¹.

Em relação à sua língua, o cientista alemão Richard Greef defendeu, na mesma altura, que tinham mantido o *n'bundo* trazido de Angola, visto que “os números dos angolares geralmente concordam inteiramente àqueles desta língua.”²² O facto que, consoante a narrativa, a presença dos náufragos permaneceu desconhecida no seio dos moradores da ilha durante trinta anos, era explicado pelo seu refúgio no meio da densa floresta no sul da ilha, pelo seu número reduzido e pelo seu receio de serem descobertos.²³

Em 1895 o administrador do concelho António Almada Negreiros²⁴ afirmou na sua obra *História Etnographica da Ilha de S. Thomé* que os caracteres anatómicos e fisiológicos dos angolares denunciavam “um typo anthropologico inferior”, “com extraordinário comprimento dos braços”, “do typo do interior d'África”, considerando-os por isso bem diferentes dos restantes grupos étnicos representados em São Tomé.²⁵ Em 1950 e 1954 a Missão Antropobiológica de Angola e a Brigada de Etnosociologia, ambas chefiadas pelo antropólogo físico António de Almeida (1900-1984), tentaram verificar a suposta origem dos angolares na base da antrobiologia que naquela altura ainda estava na moda em Portugal.

Contrariando Greef, Almeida afirmou que “o dialecto privativo dos angolares é o quimbundo”. Depois de terem avaliados alguns elementos merísticos (a estatura e os índices cefálico, nasal e de Pignet), obtidos sobre uma prova de cem angolares, os investigadores chegaram à conclusão que se assemelhavam aos mussurongos, um povo que fala kicongo, vivendo na margem esquerda do rio Zaire, outrora parte do reino do Congo. Almeida era de opinião que a etnologia e a linguística não podiam contribuir suficientemente para a solução do problema da origem dos angolares. Ele estava convencido que apenas o estudo estatístico das várias dezenas de caracteres morfológicos da série dos cem angolares permitiria confirmar metricamente a sua hipótese, segundo a qual o idioma dos mussurongos naufragados no século XVI foi posteriormente suplantado pela língua da tribo dos Angolas do interior de Luanda.²⁶ Entretanto, em 1959, a antropóloga física Leopoldina Ferreira Paulo chegou a outras conclusões, constatando que

em relação aos indígenas de Angola, os angolares aproximam-se, pelas suas estaturas, dos povos do interior de Angola, como sejam os Biessos e os Bailundos... as características observadas levam a verificar maiores afinidades dos angolares com os Angolanos do que com os indígenas da Guiné.²⁷

Também o geógrafo e poeta luso-santomense Francisco Tenreiro (1921-1963) aceita a hipótese do naufrágio na sua famosa monografia *A Ilha de São Tomé* (1961). Baseando-se em Lopes de Lima, Tenreiro escreve que

ao que parece,...eram negros que se salvaram a nado de um navio negreiro que naufragara junto à costa oriental, nos ilhéus de Sete Pedras, por volta de 1544, e que trinta anos mais tarde caíram sobre a cidade e os seus engenhos do nordeste, que pilharam.²⁸

Ponderando as contribuições de todos estes autores, em 1971, Castelo Branco chegou à conclusão que

se pode dizer que as investigações antropológicas, etnológicas e filológicas não desmentem a versão tradicional sobre a origem dos angolares e até a confirmam de certo modo. A divergência apontada obriga-nos porém a encarar com reservas e cautela essas comprovações.²⁹

Todavia, a maioria dos autores continua transmitir a história do naufrágio sem qualquer questionamento, aceitando a narrativa tradicional da origem dos angolares.

No seu livro *A Economia de S. Tomé e Príncipe*, escrito em 1969 e actualizado e publicado pela Cooperação Portuguesa em 1993, Costa Oliveira asseverou: “Os angolares são, como se sabe, os descendentes de um grupo de naufragos arribados a S. Tomé no século XVI.”³⁰ Também os estudiosos norte-americanos Robert Garfield, um historiador, e Pablo Eyzaguirre, um antropólogo, aceitaram a lenda nas suas teses de doutoramento.³¹ Na sua tese de mestrado *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, publicada em 1997, Romana diz um pouco mais cautelosamente sobre os angolares: “Pouco se conhece à sua origem, sabendo-se apenas que um navio carregado de escravos oriundos de Angola com rota para o Brasil teria naufragado em Sete Pedras.”³² Mas também ele não considera qualquer outra hipótese da sua origem, embora já fossem debatidos desde muitos anos. Também recentes documentários da televisão portuguesa sobre São Tomé, como *A Gente Remota* (1994) e *Fragmentos de um País* por Paulo Costa (1995) repetem a lenda do naufrágio, como se fosse um facto histórico incontestável e incontestado.

A PRIORIDADE AFRICANA

A segunda hipótese liga-se à polémica, sobre a ilha de São Tomé já ser habitada na altura da chegada dos primeiros portugueses por volta de 1471. As primeiras asserções sobre São Tomé não ser inabitada antes da colonização portuguesa apareceram nos anos 1950. No seu relato sobre uma visita a São Tomé em Dezembro de 1951, Gilberto Freyre (1900-1987) escreveu: “São ilhas mais velhas em sua condição de lusitanas do que essas outras ilhas que sociologicamente formam o Brasil. Foram descobertas em 1470. Tinham já sua população negra sobre a qual começaram a agir, desde o século XV, os missionários portugueses.”³³ Infelizmente Freyre não justificou a sua afirmação com qualquer prova documental.

Em São Tomé a teoria da prioridade de uma população autóctone africana tornou-se oficial na historiografia após a independência. Em 1975, uma publicação oficial, mas de autoria anónima, intitulada *Esboço Histórico das*

Ilhas de S. Tomé e Príncipe, que foi atribuída ao historiador são-tomense Carlos Neves, rejeitou a tese do naufrágio, afirmando a presença dos angolares antes da chegada dos portugueses. O autor conclui: “Na minha opinião, os angolares são uma ramificação dos Bantos, que provavelmente se teria fixado nas regiões do Gabão e do Rio Muni e que posteriormente se tivesse deslocado para algumas das Ilhas do Golfo da Guiné”.³⁴ Também aponta que os próprios angolares nas suas lendas não se referem a nenhum naufrágio dos seus antepassados. Pergunta-se: “Admitindo que (os Bantos) tenham navegado até Fernão Pó, porque não teriam avançado um pouco mais, até S. Tomé?” Este autor é o primeiro que levanta a questão de como os naufragos podiam vencer a distância entre o rochedo de Sete Pedras e a costa, concluindo que “teriam que ser indivíduos habituados ao mar ou a grandes rios, pois para se salvarem, era indispensável que soubessem nadar...”³⁵

Ainda em 1975 o autor português do livro *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência* afirma que

Ao contrário do que narram as «Histórias» colonialistas, não há provas fundamentais que garantam a ausência de povos autóctones aquando da chegada dos portugueses... Tal circunstância [cultivo da cana-de-açúcar no nordeste], ajuntada ao relevo da ilha, ... originaria necessariamente a inexistência de contactos entre os invasores colonialistas e os povos do Sul, hipótese (pois de hipótese se trata), que os historiadores ligados ao colonialismo se recusam a admitir, citando os angolares como sobreviventes de um imaginário naufrágio de que teria sido vítima um barco negroiro que transportava escravos de Angola para o Brasil, trinta anos antes.³⁶

Num longo artigo sobre a história do arquipélago, baseado em historiografia marxista e publicado pelo jornal estatal *Revolução* em 1977, Carlos Neves rejeita de novo o episódio do naufrágio como inconsistente e improvável, concluindo que

sou de opinião que os angolares, constituíam uma tribo piscatória do litoral Africano, que em época para nós desconhecida se transferiu para os terrenos ao Sul da Ilha de S. Tomé. Embora não o seja possível demonstrar neste momento, estou convencido que investigações futuras poderão levar-nos a conclusões mais satisfatórias.³⁷

Em 1985 um manuscrito com o título *A História da República Democrática de São Tomé e Príncipe*, elaborado em conjunto por um grupo de são-tomenses proeminentes e uma equipa russa, que não chegou a ser publicado, confirma a teoria apresentada no *Esboço Histórico*. Este manuscrito diz:

O território e a população pequenos da ilha fizeram com que os autóctones fossem liquidados, dispersos ou expulsos pelos invasores para as regiões não exploradas, no primeiro período, pelos europeus. Os colonialistas queriam apagar a memória dos primeiros habitantes das ilhas e declararam-nas desertas. Mas em breve os portugueses teriam de convencer-se da presença das pessoas que apareceram em S. Tomé independentemente deles e sentirem por experiência própria a sua cólera e a intransigência para com a subjugação. Então estas pessoas foram declaradas descendentes dos escravos que se encontravam no navio naufragado junto às costas de S. Tomé nos anos 40 do século XVI, e receberam o nome de “angolares”.³⁸

A teoria que afirma que os angolares são descendentes da população autóctone é ainda muito aceita em São Tomé, enquanto que a hipótese dos *cimarrones* é largamente ignorada. Ilustrativo desta posição é um *site* na *Internet* sobre São Tomé, construído em 2002. O seu autor são-tomense interroga-se se a ilha era realmente desabitada na altura da chegada dos portugueses em 1470, e responde que: “Estou convencido que não, e que seriam seus primeiros habitantes os angolares”.³⁹ Apóia a sua conclusão com a repetição literal dos argumentos utilizados no artigo do *Revolução*, 25 anos antes. Tipicamente, o autor nem sequer leva em conta a hipótese dos *cimarrones*.

DESCENDENTES DE CIMARRONES

A terceira hipótese baseia-se sobretudo em dados linguísticos, históricos e genéticos. Baseando-se em uma breve investigação da língua dos angolares, o linguista luso-sul-africano Luís Ferraz, que visitou São Tomé nos fins de 1969, foi o primeiro estudioso que levantou a hipótese de os angolares serem descendentes de escravos fugidos.⁴⁰ Ferraz descobriu logo que não falam uma língua Banto, como antropólogos físicos portugueses tinham afirmado nos anos 50, mas um crioulo que mantinha uma relação distante com

a 'lungwa santome', o crioulo dos forros. Levanta a questão de como os angolares podem falar um crioulo baseado no português, embora vivessem em isolamento completo do resto da população durante tanto tempo. Ele não acredita que os angolares receberam a língua crioula pelas mulheres roubadas, mas supôs que escravos fugidos foram expostos às fases formativas da 'lungwa santome'. Subseqüentemente, o isolamento dos angolares resultou no desenvolvimento de um crioulo diferente, da 'lunga ngola'. Muitos dos escravos fugidos devem já ter tido algum conhecimento da 'lungwa santome', pois esta partilha 67% do seu léxico com o crioulo dos angolares.⁴¹

Pesquisas linguísticas desenvolvidas por outros peritos em línguas crioulas confirmaram as teses de Ferraz. Segundo a análise linguística do léxico da 'lunga ngola' efectuada por Maurer, 65% são de origem portuguesa, 1% é de origem *kwa*, 14 % são de origem Banto, enquanto a origem dos outros 20% é ainda desconhecida.⁴² Lorenzino sugere que a 'lunga ngola' pode ser entendida como o resultado linguístico da necessidade dos escravos fugidos desenvolverem um comportamento comunicativo, mantendo a integridade do grupo, a fim de dar valor simbólico e psicológico à comunidade Angolar e, ao mesmo tempo, fazendo a sua língua incompreensível para estranhos.⁴³ Hagemeyer defende que as quatro línguas crioulas do Golfo da Guiné têm uma origem genética comum num proto-crioulo que se desenvolveu no início do século XVI em São Tomé.⁴⁴ A sua conclusão é que os primeiros escravos fugidos já falavam este proto-crioulo.⁴⁵

Documentos históricos abundantes sobre escravos fugidos e comunidades de fugitivos em São Tomé apoiam fortemente a hipótese dos *amarrones*. Já em 1499 o terceiro donatário de São Tomé e realizador da sua primeira colonização Álvaro de Caminha relata no seu testamento várias vezes de escravos fugidos ao 'mato' e ao mar com barcos.⁴⁶ Isso confirma que a partir do início da colonização, a fuga dos escravos negros para o 'mato' se tornou muito frequente. Ao contrário dos europeus, os africanos sabiam adaptar-se e sobreviviam na floresta da ilha. A floresta densa e impermeável que cobria dois terços da ilha de São Tomé na época de cana-de-açúcar, constituía um refúgio ideal para escravos fugidos. Desta floresta saíram os negros fugidos das fazendas, organizados em quadrilhas, cada uma, liderada por um chefe, a assaltar e saquear os engenhos de açúcar, criando uma ameaça constante para as fazendas e a Povoação.⁴⁷

Segundo documentos históricos, entre 1514 e 1527, conseguiram escapar 684 (4.8%) dos 13.548 escravos chegados a São Tomé.⁴⁸ No ano de 1529, o feitor João Lobata relatou que os escravos fugiram para o 'mato' devido à falta de culturas de mantimentos nos canaviais.⁴⁹ No ano seguinte 230 escravos escaparam das mãos do feitor régio e fugiram para o interior.⁵⁰ A partir de 1530 surgiu a 'guerra do mato' quando os governadores e fazendeiros começaram a perseguir e atacar os negros do 'mato' com tropas armadas para destruir as suas bases e para captura-los. "É de uma autêntica guerra que se trata, de uma guerra de vida ou de morte entre os africanos fugitivos e os defensores da ordem colonial."⁵¹ Em 1531, os escravos fugidos venceram a expedição que os moradores tinham mandado contra eles. No ano seguinte as fazendas situadas próximas da floresta estavam abandonadas pelo medo dos assaltos vindos do interior da ilha. Cada vez mais escravos das fazendas fugiram para a floresta. A frequência das fugas atingiu o seu clímax no século XVI.⁵² Em 1535 a situação tinha-se agravado de tal modo que os moradores ficaram tão perturbados, que esperavam a cada momento um grande ataque contra a Povoação. Pediram a ajuda militar de Lisboa, que no ano seguinte enviou à ilha um contingente de homens armados para participar na guerra do mato. Em uma destas expedições, em 1547, um fazendeiro com os seus escravos armados capturou 40 negros, incluindo mulheres e crianças.⁵³ Subseqüentemente, a 'guerra do mato' continuou até aos fins do século XVII, enquanto a fuga dos escravos nunca acabou. Os holandeses, que ocuparam São Tomé de 1641 a 1648, relataram que os fazendeiros portugueses preferiam os escravos de Adra (Daomé) aos do Rio Calabar (na actual Nigéria), pois estes muitas vezes fugiam para a floresta no interior ou com canoas ao mar.⁵⁴

Enquanto inúmeros documentos do século XVI mencionam a fuga dos escravos e dos negros do mato, não existe uma única referência ao suposto naufrágio. O historiador Caldeira explica a designação Angolas ou Angolis, para os negros autolibertados do mato, com o facto de que no século XVI os escravos eram provenientes de Angola ou do Congo, enquanto, posteriormente, a maioria dos escravos era escravos minas, trazido da Costa da Mina, que se tinha transformado de uma zona compradora de escravos em um mercado abastecedor de escravos.⁵⁵ No século XVIII, portanto, distinguíam-se os escravos minas dos Angolas ou Angolis, que se tornaram angolares no século seguinte quando se formou a lenda do naufrágio.⁵⁶

Em 1988, Hodges e Newitt foram alguns entre os primeiros estudiosos que questionam a história do naufrágio no séc. XVI. Acreditam que “é mais provável que a população Angolar data do início do século XVIII, pois é só naquela altura que as primeiras referências sobre eles aparecem em documentos contemporâneos.”⁵⁷ Adicionalmente, estes autores sugerem que angolares e escravos fugidos eram categorias diferentes que coexistiam lado a lado antes da recolonização de São Tomé nos meados do séc. XIX.⁵⁸ Num artigo originalmente publicado em 1989, a historiadora Castro Henriques, que não rejeita a versão do naufrágio, defende que a maioria dos chamados angolares eram escravos fugitivos das plantações.⁵⁹ Num outro artigo, escrito em 1994, Castro Henriques afirma que os fugitivos e angolares teriam constituído duas comunidades separadas. Os últimos ter-se-iam estabelecidos muito distante dos europeus no sul onde tinham ficado isolados até à segunda metade do século XIX.⁶⁰

Num pequeno artigo sobre *quilombos* em São Tomé, publicado em 1996, Vansina conclui que a história do naufrágio é

a possibilidade óbvia que toda a tradição (oral) começou como uma história etiológica de origem, corrente entre a população maioritária de São Tomé para explicar uma povoação estranha no seu meio e uma história que cresceu após 1700, visto que este, agora pacífico, grupo de habitantes, estava no processo de tornar-se reconhecido como grupo étnico, os angolares... Talvez houvesse realmente um naufrágio em qualquer altura antes de 1574 ou 1580, embora isso pareça improvável. Seja como for, essencialmente os chamados angolares são descendentes de uma comunidade de *cimarrones*, primeiro referido como povoação de fugitivos ‘*macambo*’, existindo nos anos 1580, uma comunidade que cresceu, visto que mais escravos fugidos se juntaram.⁶¹

No seu livro *São Tomé e Príncipe. A Invenção de Uma Sociedade*, Castro Henriques finalmente rejeita, quer a tradição oral dos náufragos, quer as teorias dos autóctones que “igualmente marcadas por uma carga nacionalista quase caricatural que, recorrendo aos mesmos modelos de interpretação utilizados pela história colonial, comprometem a elaboração de explicações rigorosas do passado dos povos africanos sujeitos à dominação colonial portuguesa.”⁶² Como já dito, em São Tomé, contudo, este ponto de vista foi largamente ignorado ou rejeitado.

Também estudos genéticos comparativos, recentemente efectuados entre forros, tongas e angolares, sustentam a terceira hipótese. Segundo estas pesquisas, em comparação com os dois outros grupos populacionais, os angolares apresentam menos variação genética, contudo, não têm uma homogeneidade genética, que poderia apoiar a primeira ou segunda teoria da sua origem.⁶³ Trovoadá et al. concluem que “tudo junto, estes resultados parecem ser mais compatíveis com os angolares sendo descendentes de escravos fugidos...”⁶⁴

CONCLUSÕES

A hipótese do naufrágio é uma antiga tradição oral que, provavelmente, emergiu no seio da população local para explicar a presença de ‘negros gentios’ estranhos no interior da ilha, fora do controle do governo colonial. Esta lenda foi publicada pela primeira vez por Cunha Mattos e depois mais enfeitada por outros autores dos séculos XIX e XX. Naquela época os portugueses promoveram a divulgação da lenda do naufrágio para negar a fuga conseguida pelos escravos, numa altura em que a fuga dos escravos e subsequentemente dos chamados serviçais, já era um problema quotidiano para as novas roças de café e cacau.

Tendo em conta as fortes correntes marítimas na zona do rochedo das Sete Pedras e a distância de cerca de quatro quilómetros que a dividam da costa, parece muito pouco provável que os náufragos tenham atingido a praia a nada, mesmo quando se supõe que soubessem nadar. Quanto às características físicas dos angolares, estranha que os antropólogos físicos não as associaram com a sua ocupação profissional. Mesmo se o naufrágio tivesse ocorrido, é improvável que os seus sobreviventes constituíam a base demográfica dos angolares, mas somente se juntariam a um núcleo existente de escravos fugidos. Pela mesma razão, não é provável que angolares e escravos fugidos tenham existido separadamente ao mesmo tempo. Mais lógico parece que acampamentos de escravos fugidos, os chamados *macambos*, tenham desenvolvido uma comunidade de *cimarrones* que mais tarde seria conhecida como angolares. Também recentes estudos genéticos apóiam esta tese.

A hipótese da prioridade africana é mais influenciada pelo nacionalismo são-tomense do que por evidência científica. Na altura da independência,

esta afirmação tornou-se um elemento crucial para a identidade nacional do novo Estado. Reclamando uma história humana pré-colonial em São Tomé, o regime tentou equiparar a história do arquipélago com a do continente africano, a fim de constituir da identidade política como Estado-nação africano que teria a sua origem num passado pré-colonial remoto. Além disso, a recusa da primazia portuguesa em São Tomé reflectiu-se no sistema de estratificação colonial que definiu o estatuto de grupo pela data da sua chegada ao arquipélago.

Quando os portugueses chegaram ao Golfo da Guiné no século XV, apenas a ilha de Fernando Pó (Bioko), que é distante apenas 32 km da costa dos Camarões e visível do continente, tinha uma população africana existente, os bubu. Esta ilha esteve ligada por terra ao continente no passado recente, numa altura em que o nível do mar era baixo, enquanto as outras três ilhas do Golfo da Guiné certamente nunca estiveram ligadas por terra ao continente africano.⁶⁵ Também as características da fauna de São Tomé, como a ausência de carnívoros e mamíferos maiores antes da chegada dos portugueses, refutam a suposta presença humana existente. Investigações linguísticas, provando que a 'lunga ngola' é um crioulo baseado no português, também contradiz esta hipótese. Além disso, o historiador norte-americano John Thornton explica que, embora, os africanos tivessem construído barcos próprios para a navegação costeira e fluvial, não tinham conseguido superar os problemas da navegação oceânica de longa distância.⁶⁶ Por esta razão, também Cabo Verde, as ilhas do Oceano Índico, nomeadamente Seicheles, Reunião e Maurícias eram todas inabitadas quando os primeiros europeus chegaram. As Comores foram povoadas primeiro por gente melano-polinésia vindo lá no século VI.

Tanto a hipótese do naufrágio como a da primazia africana ignoram completamente a constante fuga de escravos e a constituição resultante de uma comunidade de *cimarrones* em São Tomé, apesar de evidência histórica abundante de que esta constituiu um problema permanente desde o início da colonização da ilha nos fins do século XV. Além disso, sabe-se que *quilombos*, esconderijos de fugitivos, existiam no Brasil, Suriname, nas Caraíbas e outras sociedades onde houve escravidão. Antigamente a elite crioula de São Tomé também possuía escravos e, possivelmente por isso não esteve interessada no reconhecimento da existência de africanos fugitivos na ilha, aceitando mais a lenda colonial do naufrágio. Adicionalmente, politicamente tem estado mais

interessada em reclamar o passado africano pré-colonial do arquipélago. Por isso, também nunca promoveu São Tomé e Príncipe como sociedade crioula. Como consequência desta reclamação e apesar de forte evidência histórica e lingüística, os angolares de São Tomé continuam ser largamente ignorados em estudos sobre *cimarrones* no mundo atlântico.

NOTAS

¹ O autor é bolsista de pós-doutorado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Lisboa.

² 'Guerra do mato' é o termo para o conflito armado entre os moradores e o governo colonial na cidade (Povoação) contra os escravos fugidos do interior da ilha. Este termo aparece nos documentos da época. A 'guerra do mato' tinha início quando os macambos começaram assaltar as plantações e os moradores (colonos).

³ ALMEIDA, António de. Da Origem dos angolares habitantes da Ilha de S. Tomé. Separata das "Memórias". Academia das Ciências de Lisboa, 1962, p.10.

⁴ DIAS, Alfredo Gomes e DINIZ, Augusto do Nascimento. Os angolares: da autonomia à inserção na sociedade colonial (segunda metade do século XIX). *Ler História* 13 (1988), p.53.

⁵ *Ib.*, p. 55.

⁶ STOCKLER, Francisco. O povo dos Angolares, *Revista Ilustrada. As Colónias Portuguezas*. v.2, n. 4 (1884), p.177.

⁷ DIAS e DINIZ, op. cit. p. 69.

⁸ GREEF, Richard, Die Angolares-Neger der Insel São Thomé, *Globus. Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde*, v. XLII, n. 23 e 24 (1882), Braunschweig, p.376.

⁹ GONÇALVES, Manuel Joaquim Sobral. Angolares. *Geographica. Revista da sociedade de Geografia de Lisboa*, v. IX, n. 34, 1973, p.79.

¹⁰ GREEF op. cit. p. 376; GONÇALVES, op. cit. p. 79.

¹¹ CEITA, Maria Nazaré, *Ensaio para uma Reconstrução Histórico-Anropológica dos angolares de S. Tomé*, Trabalho final do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Social e Económico em África, Lisboa: CEA/ISCTE 1991, p.1.

¹² *ib.*, p. 23.

¹³ *Ib.*, p. 26.

¹⁴ *Ib.* p. 30.

¹⁵ ARAÚJO e AZEVEDO, Lucas Pereira de. *Memórias da Ilha de São Thomé*. São Tomé: Museu Nacional de São Tomé e Príncipe 1978. pp.7-8.

¹⁶ AMBRÓSIO, António, *Manuel Rosário Pinto (A sua vida)*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos 1970, p.37.

¹⁷ NEVES, Carlos Agostinho das, *S. Tomé e Príncipe Na Segunda Metade do Séc. XVIII*, Funchal: Região Autónoma da Madeira 1989, pp. 287, 293, 401-402, 408.

¹⁸ MATOS, Raimundo José da Cunha, *Corographia Histórica das Ilhas de S. Thomé, Príncipe, Anno Bom e Fernando Pó*, Lisboa 1916 (1842).

¹⁹ MATOS, Raimundo José da Cunha, *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África, Rio de Janeiro 1963*, p.104.

²⁰ Citado por TENREIRO, Francisco. *A Ilha de São Tomé*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar 1961., p.72.

²¹ NOGUEIRA, A.F. A Ilha de S.Tomé. A Questão Bancária no Ultramar e o Nosso Problema Colonial. Lisboa 1893, p.36.

²² GREEF, *op. cit.* p. 377.

²³ TENREIRO, *op. cit.*, p.73; GONÇALVES, Manuel Joaquim Sobral. Angolares. *Geographica. Revista da sociedade de Geografia de Lisboa*, v. IX, n. 34, 1973, p.78; COSTA, Fernando Ferreira da, A política portuguesa em face do “reino angular” de S.Tomé. *Diário de Notícias*, 1 de Fevereiro de 1983.

²⁴ O pai do escritor e artista plástico José de Almada Negreiros, que nasceu em São Tomé em 1893.

²⁵ NEGREIROS, Almada. *História Ethnographica da Ilha de S.Thomé*. Lisboa 1895, pp. 296, 302.

²⁶ ALMEIDA, *op. cit.* p. 17.

²⁷ Citado por CASTELO-BRANCO, Fernando. Subsídios para o estudo dos “angolares” de S.Tomé. *Studia* 33(1971), pp. 149-159.

²⁸ TENREIRO, Francisco. *A Ilha de São Tomé*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar 1961, p.70.

²⁹ CASTELO-BRANCO, *op. Cit.* 1971, p. 158.

- ³⁰ OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A Economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical 1993, p. 120.
- ³¹ GARFIELD, Robert. *A History of São Tomé Island, 1470-1655*. Tese de doutoramento inédita, Northwestern University, Evanston, Ill. 1971.; Id. *A History of São Tomé Island, 1470-1655 The Key to Guinea*. São Francisco: Mellen Research University Press 1992.; EYZAGUIRRE, Pablo B. *Small Farmers and Estates in São Tomé, West Africa*. Tese de doutoramento inédita, Yale University 1986.
- ³² ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras. *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa: ISCSP 1997, p.222.
- ³³ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina - Sugestões de uma viagem à procura dos constantes portugueses de carácter e acção*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/MEC 1980 [1953], p. 311.
- ³⁴ *Esboço Histórico das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*. São Tomé: Imprensa Nacional 1975, p. 23.
- ³⁵ *Ib.* p. 22.
- ³⁶ CRUZ, Carlos Benigno da. *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência*. Lisboa: Morães Editores 1975, pp.19-20.
- ³⁷ NEVES, Carlos. História de S. Tomé e Príncipe. *Revolução*, nº 30, 21 de Janeiro de 1977, p.11, 14-15.
- ³⁸ *História da República Democrática de São Tomé e Príncipe*. manuscrito, Moscovo 1985, p.274.
- ³⁹ <http://mega.ist.utl.pt/~mles/SaoTome/Home.html>
- ⁴⁰ FERRAZ, Luiz Ivens. A Linguistic Appraisal of Angolar, *In Memoriam António Jorge Dias II*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar 1974, p. 180.
- ⁴¹ FERRAZ, Luís Ivens. *The Creole of São Tomé*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press 1979, p. 9.
- ⁴² MAURER, Philippe, L'apport lexical bantou en angolar, *Afrikanische Arbeitspapiere (AAP)* 29 (1992), p.163.
- ⁴³ LORENZINO, Gerardo A., *The Angolar Creole Portuguese of São Tomé: Its Grammar and Sociolinguistic History*, tese de doutoramento inédita, The City University of New York 1998, p. 69.
- ⁴⁴ As duas outras são o Lung'ie da ilha do Príncipe e o Fa d'Ambô da Ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial).

⁴⁵ HAGEMEIJER, Tjerk. As Línguas de S.Tomé e Príncipe, em Francisco Reiner (org.), *S.Tomé e Príncipe, as Ilhas Ilustres*. Lisboa: Intermezzo, no prelo.

⁴⁶ Documento reproduzido em ALBUQUERQUE, Luís de. *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*. Biblioteca da Expansão Portuguesa. Lisboa: Publicações Alfa 1989.

⁴⁷ Povoação é escrito por mim com maiusculo, pois não se trata de qualquer povoação na ilha, mas da

posterior cidade de São Tomé, a capital do arquipélago. Em crioulo santomense ‘poçon’ ainda hoje refere-se à cidade de São Tomé.

⁴⁸ SANTOS, Catarina Madeira. A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI. *Studia* n.54/55 (1996), p.78.

⁴⁹ RAMOS, Rui. Rebelião e sociedade colonial: “alvorços” e “levantamentos” em São Tomé (1545-1555). *Revista Internacional de Estudos Africanos* n. 4/5 (1986)p.35.

⁵⁰ SANTOS, op. cit., p.77.

⁵¹ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha São Tomé (séculos XVI a XVIII). *Africana Studia*, n.7 (2004), p. 110.

⁵² *Ib.*, p. 113

⁵³ RAMOS, op. cit.p.34.

⁵⁴ RATELBAND, Klaas. *Vijf Dagregisters van het Kasteel São Jorge da Mina (Elmina) aan de Goudkust (1645-1647)*, Haia: Martinus Nijhoff 1953, p.112.

⁵⁵ CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S.Tomé e Príncipe (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: GTMECD, 1997, p.95

⁵⁶ CALDEIRA, Arlindo Manuel. Rebelião e outras formas de resistência à escravatura na ilha São Tomé (séculos XVI a XVIII). *Africana Studia*, n.7, 2004 p. 123.

⁵⁷ HODGES, Tony & NEWITT, Malyn. *São Tomé e Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*. Boulder, Col. e Londres: Westview Press 1988, p.60.

⁵⁸ *Ib.*, p. 28.

⁵⁹ HENRIQUES, Isabel Casto. *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio 2004, p. 204.

⁶⁰ *Ib.*, p.218.

⁶¹ VANSINA, Jan. Quilombos on São Tomé, or in Search of original sources. *History in Africa* 23 (1996), p. 457.

⁶² HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe: A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega 2000, p.59.

⁶³ TROVOADA, M.J. et al., Evidence for population sub-structuring in São Tomé e Príncipe as inferred from Y-chromosome STP analysis. *Annals of Human Genetics* n. 65 (2001), pp.271-283. id., Pattern of mtDNA Variation in Three Populations from São Tomé e Príncipe. *Annals of Human Genetics* n. 68 (2003), pp.40-54. TOMÁS, Gil et al., The Peopling of São Tomé (Gulf of Guinea): Origins of Slave Settlers and Admixture with the Portuguese. *Human Biology* vol. 74, n.5 (2002), pp.397-411.

⁶⁴ TROVOADA et al. op.cit. 2003, p.50.

⁶⁵ JONES, P.J.; BURLISON, J.P. e TYE A. *Conservação dos ecossistemas florestais na República Democrática de São Tomé e Príncipe*. Gland (Suíça): UICN 1991, p.5

⁶⁶ THORNTON, John. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge University Press 1992, p.21.

RESUMO: É geralmente aceite que os angolares constituam, sócio-cultural e linguisticamente, um grupo distinto na ilha de São Tomé. Contudo, quanto à sua origem existem três hipóteses concorrentes. A teoria mais antiga defende que os angolares são descendentes de sobreviventes de um navio de escravos, naufragado na costa sudeste de São Tomé, no século XVI. A segunda hipótese reclama que são os habitantes autóctones da ilha. A terceira defende que os antepassados dos angolares eram escravos fugidos dos séculos XVI e XVII. É notável que em São Tomé e Príncipe as duas primeiras teorias sempre fossem muito populares, enquanto a terceira explicação foi largamente ignorada e rejeitada. O artigo aborda a história da emergência das três hipóteses, analisando os respectivos argumentos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedades crioulas, economia de plantação, cimarrons, slavery.

ABSTRACT: It is generally accepted that the angolares constitute social-culturally and linguistically a distinct group in São Tomé island. However, there exist three competing theories about their origin. According to the oldest theory the angolares are descendents of survivors of a slave-ship that shipwrecked off the south coast of São Tomé in the 16th century. The second theory claims that they are the autoctonous inhabitants of the island. The third thesis holds that the ancestors of the angolares were runaway slaves of the 16th and 17th centuries. Interestingly, in São Tomé e Príncipe the first two theories have always been very popular, while the third explanation has been widely ignored and rejected. The article traces the history of the emergence of the three theories and examines the respective arguments.

KEY WORDS: Creole societies, plantation economy, maroons, slavery.